

Regionalidade e Finanças: uma revisão sistemática da literatura

Regionality and Finance: a systematic review of the literature

Michele Aparecida Cunha¹ⁱ, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1546-0504>; Flávio Luiz de Moraes Barboza²ⁱⁱ, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3449-5297>

1. Universidade Federal de Goiás – Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas – Goiás-GO, Brasil. E-mail: michele.cunha@ufg.br

2. Universidade Federal de Uberlândia - Faculdade de Gestão e Negócios - Programa de Pós-Graduação em Administração - Uberlândia-MG, Brasil. E-mail: flmbarboza@ufu.br

Resumo

Esta pesquisa identificou os principais estudos e atributos abordados sobre a conexão temática entre regionalidade e finanças. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão sistemática da literatura utilizando o método Proknow-C. A análise envolveu o levantamento de artigos relevantes, avaliação bibliométrica e sistêmica e a identificação de oportunidades de pesquisa. Os resultados apresentam um Portfólio Bibliográfico (PB) composto por 51 artigos relevantes que abordam a regionalidade em diversos níveis. Dos artigos do PB, a maioria (51%) se concentra em finanças públicas, seguido do tema crédito (15%) envolvendo a regionalidade. Os principais atributos desses artigos são descritos para melhorar a compreensão de como a literatura aborda a correlação temática entre regionalidade e finanças. As principais contribuições deste estudo são de natureza acadêmica, apresentando características e lacunas de pesquisa que podem auxiliar no avanço das discussões sobre regionalidade e finanças.

Palavras-chave: finanças; regionalidade; revisão sistemática da literatura; proknow-c.

Abstract

This research identified the main studies and attributes addressed on the thematic connection between regionality and finance. To achieve this objective, a systematic literature review was carried out using the Proknow-C method. The analysis involved the survey of relevant articles, bibliometric and systemic evaluation, and the identification of research opportunities. The results present a Bibliographic Portfolio (BP) composed of 51 relevant articles that address regionality at different levels. Of the BP articles, the majority (51%) focus on public finances, followed by the credit topic (15%) involving regionality. The main attributes of these articles are described to improve understanding of how the literature addresses the thematic correlation between regionality and finance. The main contributions of this study are academic in nature, presenting characteristics and research gaps that can help advance discussions on regionality and finance.

Keywords: finance; regionality; systematic literature review; proknow-c.

Referência: Cunha, M. A., & Barboza, F. L. M. (2026). Regionalidade e Finanças: Uma revisão sistemática da literatura. *Gestão & Regionalidade*, v. 42, e20269604. <https://doi.org/10.13037/gr.vol42.e20269604>

Disponibilidade de dados: Dados abertos.

Contribuições dos autores: Autor 1: Concepção do estudo, redação do rascunho original, preparação do material, revisão da literatura, investigação, análise, discussão e validação. Autor 2: Concepção do estudo, supervisão, revisão, edição e validação.

Financiamento: Sim.

Agradecimentos: Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código Financeiro 001 – e pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).



1 Introdução

Estudos sobre regionalidade têm contribuído em diversas áreas do conhecimento para o desenvolvimento regional. O interesse pelo tema é associado à necessidade de uma análise crítica da realidade; às ações políticas para promoção do desenvolvimento econômico e à emergência de padrões de produção baseados em modelos integrados e flexíveis. Assumindo um caráter interdisciplinar, a regionalidade não possui definição universal e seu conceito não se limita a fronteiras territoriais, mas representa uma totalidade humano-espacial em diferentes níveis de interação (Gil, Oliva, Novaes & Silva, 2013).

O interesse crescente em estudos sobre regionalidade pode ser atribuído ao aumento de iniciativas de mobilidade internacional e de integração regional, uma vez que dinâmica regional abrange diversos atores incluindo agentes públicos, instituições, empresas, mercados, comunidades e a sociedade em geral (Gil et al., 2013). Além disso, a regionalidade é um fator chave a ser levado em consideração em vários aspectos como em projetos de expansão industrial, no que se refere à disponibilidade de recursos, mudanças tecnológicas, preferências dos consumidores etc. Também desempenha papel significativo nas políticas de recursos humanos, quanto à qualificação de mão de obra e fatores salariais, bem como nas características de produção que variam em segmentos distintos, além de outros elementos relacionados aos negócios. Já os planejadores públicos, por sua vez, também avaliam as dinâmicas regionais para formular políticas públicas apropriadas para o desenvolvimento regional (Barros, Monteiro, & Cruz, 2019).

O cenário brasileiro apresenta profusas questões de regionalidade, principalmente devido à sua vasta extensão territorial, que apresenta notáveis contrastes regionais. Pozenato (2003) enfatiza que os movimentos regionais brasileiros geralmente buscam a integração nacional, respeitando as distinções regionais e atendendo necessidades locais para promover um senso de identidade nacional. Isso ressalta a importância de compreender as questões de regionalidade e implementar iniciativas para engajar os atores regionais para promoção do desenvolvimento (Gil et al., 2013).

Portanto, há a necessidade de mapear as pesquisas que envolvem a regionalidade. De acordo com estudos sobre desenvolvimento regional, as preocupações locais estão predominantemente interligadas com o desenvolvimento econômico, e destaca-se o campo de investigações que envolve áreas de pesquisas em finanças. Consequentemente, há uma compatibilidade entre estudos que envolvem regionalidade e finanças. Esta investigação é, portanto, motivada pela seguinte questão: Quais são os principais estudos que envolvem regionalidade e finanças?

Para responder a essa questão, o objetivo desta pesquisa é identificar os principais estudos e atributos abordados sobre a conexão temática entre regionalidade e finanças nas publicações brasileiras. Especificamente, isso envolverá: a) o levantamento de artigos relevantes sobre o elo temático; b) realizar análise bibliométrica para identificar os principais periódicos, artigos, autores e palavras-chave; c) conduzir uma análise sistêmica para identificar o nível de regionalidade, (sub)temáticas em finanças, métodos de pesquisa, fontes de dados, implicações, abrangência temporal, objetivos, conclusões e contribuições e; d) identificar lacunas e oportunidades de pesquisas futuras.

Para este estudo, o método ProKnow-C proposto por Ensslin et al. (2010) foi adotado para construir conhecimentos necessários para fundamentar pesquisas futuras sobre regionalidade e finanças. O arcabouço teórico poderá servir de guia para investigações nesse



domínio, enquanto a abordagem adotada é promissora para identificar oportunidades de investigação.

2 Fundamentação teórica

Geograficamente, uma região é definida como uma organização do espaço que se distingue de outras com base em atributos específicos (Junqueira Filho, 2008). Frémont (1976) destaca que uma região é um espaço sentido e vivenciado por seus habitantes. Em contraste, a regionalidade engloba uma noção mais abstrata, pois remete a uma consciência coletiva sobre características, valores, crenças, interesses e aspectos intangíveis dos habitantes de uma região (Gil et al., 2013). Assim, ela transcende fronteiras jurisdicionais, ampliando-se nas relações de uma rede (Pozenato, 2003).

O conceito de região fundamenta-se no paradigma construtivista, como resultado de um processo social de apropriação simbólica das pessoas que habitam determinado espaço (Väyrynen, 2003). Como resultado de percepções compartilhadas de identidades e significados, as fronteiras regionais tornam-se pouco definidas, indo além de uma concepção espacial estática para abranger uma estrutura cognitiva em constante evolução. De acordo com Gil et al. (2013) a regionalidade compreende três dimensões: a) cognitiva, com foco nos elementos físicos e espaciais que constituem a região (fronteiras, cultura, organizações etc.); b) afetiva, refere-se à solidariedade entre os membros da região diante das necessidades; e, c) conativa, corresponde à participação ativa nas organizações regionais e ao comprometimento com as ações regionais.

A compreensão social da região e o campo de estudos em finanças tem pontos em comum. Mackenzie (2001) considera que o campo de finanças possui um domínio social, através do domínio da moeda e das variações históricas dos mercados, que fogem a regras funcionalistas. Além disso, as novas tecnologias e formas de produção, informação e comunicação modificam estruturas e a velocidade das transações, influenciando novos comportamentos econômico-financeiros. Portanto, os estudos sobre regionalidade e finanças estão intrinsecamente ligados ao domínio social. O campo de economia regional integra essas áreas ao abordar espaços, integração e desenvolvimento econômico-regional, envolvendo a sociedade e suas formas de organização.

Alguns modelos teóricos analisaram a dinâmica locacional, as atividades econômicas em um determinado espaço e o seu desenvolvimento, auxiliando na compreensão da regionalidade, pois discutem o desenvolvimento e intervenções nos territórios. Destacam-se três grandes conjuntos de teorias: a) as teorias clássicas da localização; b) as teorias de desenvolvimento regional que refletem a aglomeração industrial a partir dos anos 50; e, c) a partir dos anos 80, a incorporação de questões de reestruturação produtiva, questões tecnológicas e a divisão internacional do trabalho. As principais correntes sobre o tema são apresentadas na Figura 1.

Von Thunen (1826) desenvolve um modelo de organização da produção agrícola em relação ao centro urbano, em que a distância determinava o valor do terreno, os custos de transporte e a margem de lucro. Embora o sistema alimentar global atual envolva um intercâmbio mundial, essas noções de centralidade ainda são relevantes, influenciando políticas de comercialização de alguns produtos agrícolas, como o leite. Esse estudo originou diversos outros trabalhos.

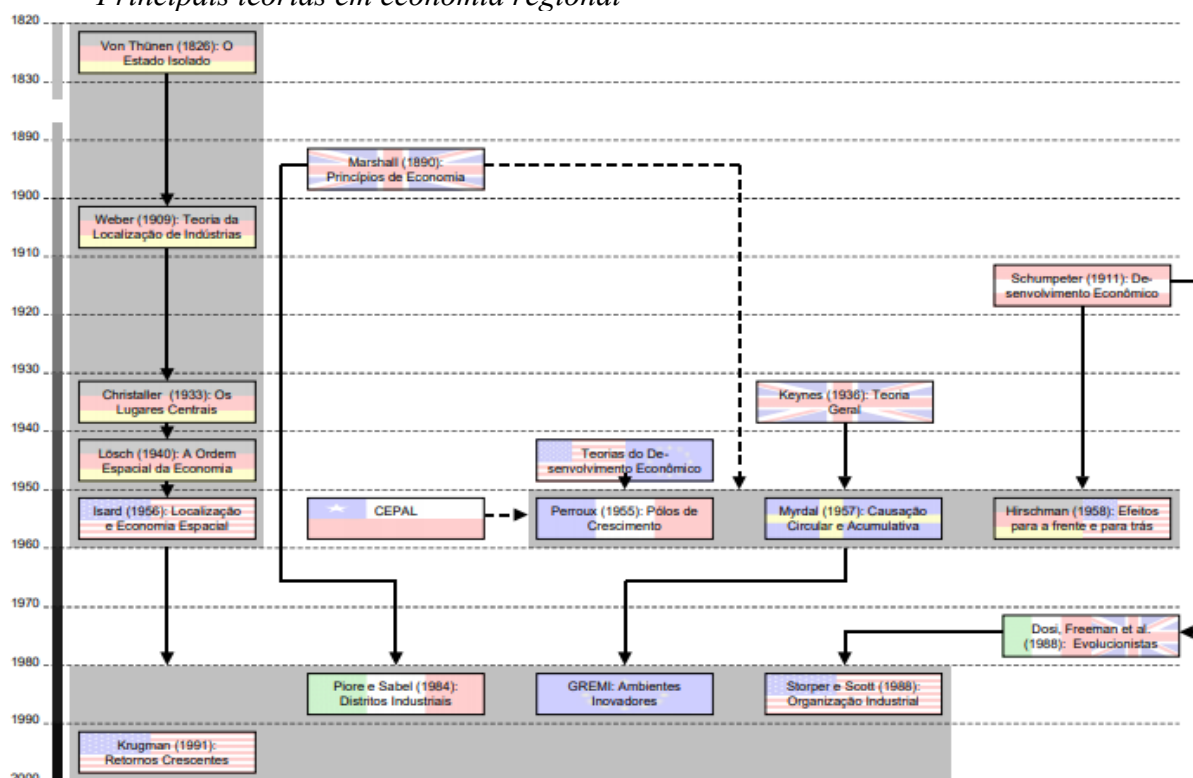
Weber (1909) propôs uma teoria das causas econômicas determinantes da localização, baseada em: custo do transporte, custo da mão de obra e um fator decorrente da aglomeração local. Assim as indústrias tenderiam a se estabelecer onde os custos fossem mínimos. Por outro



lado, Christaller (1933) buscou explicar os tamanhos, números e distribuição das cidades, propondo um arranjo hierárquico entre os assentamentos urbanos. Sua teoria inclui os conceitos de centralidade, limite e alcance. A centralidade é a atração para um local específico. O limite é o mercado mínimo necessário para criar uma empresa, e o alcance é a distância média que as pessoas percorrem para adquirir bens ou serviços. O crescimento regional estaria vinculado ao nível de especialização dos serviços e à sua demanda. Essa abordagem explicaria o desenvolvimento de centros urbanos de destaque em nível regional e nacional (Cavalcante, 2008).

Figura 1

Principais teorias em economia regional



Fonte: Cavalcante (2008)

Losch (1940) propôs que o mercado é o principal fator para determinar a localização de uma empresa. Seu modelo analisa o tamanho ideal do mercado para equilibrar duas tendências opostas: as economias de escala, que geram crescimento do mercado; e os custos de envio, que o reduzem. De forma direta, o modelo é utilizado para planejar a venda no mercado de produtos e, de forma inversa, para dimensionar o mercado de compra (Barros; Monteiro; Cruz, 2019). Por fim, Isard (1956) sintetizou para o inglês as teorias anteriores, de origem alemã. Sua teoria de Ciência Regional abordava o papel dos custos de transporte, a disponibilidade de matérias-primas, a dimensão dos mercados e a aglomeração, propondo novos fatores de localização para se adequar à realidade (Diniz, 2001; Cavalcante, 2008).

A partir de 1950, no pós-guerra e início da Terceira Revolução Industrial, surgiram as teorias de desenvolvimento regional, incluindo os Polos de Crescimento de Perroux (1955), a Causação Circular e Acumulativa de Myrdal (1957) e os Efeitos para Frente e para Trás de



Hirschman (1958). Perroux (1955) introduziu a noção de polo de desenvolvimento, sugerindo que o espaço econômico deriva das interações entre empresas, fornecedores (matéria-prima, mão de obra, capitais) e compradores (intermediários e finais), manifestando-se em diferentes intensidades. As indústrias têm potencial de modificar o seu meio, e os polos de crescimento poderiam ser estimulados pelo Estado. Suas ideias influenciaram políticas de desenvolvimento regional em diversos países (Diniz, 2001; Cavalcante, 2008).

Myrdal (1957) identificou o processo de causalção circular e acumulativa decorrente do desenvolvimento econômico, onde regiões ricas tendem ficar mais ricas e regiões pobres tendem a ficar mais pobres. Em sua análise, ele destacou a infraestrutura como um agente de difusão do desenvolvimento, e o processo de causalção cumulativa seria explicado pela confiança local por meio de instituições e redes de informação. Segundo Myrdal (1957), o desenvolvimento regional seria impulsionado pelo aparelhamento da região (comunicação, padrões educacionais, transporte) que proporcionaria vantagens regionais. Assim a teoria de Myrdal complementa a de Perroux (Diniz, 2001; Oliveira, 2015).

Na mesma direção, Hirschman (1958) desenvolveu a Teoria dos Efeitos para Frente e para Trás, analisando o processo de polarização, em que regiões mais desenvolvidas atraem mais capital e trabalho qualificado em comparação às menos desenvolvidas, realimentando a desigualdade regional. As causas desse fenômeno seriam a falta de capital, de fatores de produção e de capacidades gerenciais. As soluções passariam pela implantação de indústrias, que gerariam efeitos para trás devido às externalidades resultantes, e fatores para frente como consequência da oferta de insumos e a possibilidade de criar encadeamentos produtivos. Assim, as políticas públicas poderiam contrabalançar os efeitos da polarização, minimizando o processo de divisão regional (Oliveira 2015).

A terceira onda de teorias de economia regional surgiu a partir dos anos 80, destacando-se os Distritos Industriais de Piore e Sabel (1984), os Ambientes Inovadores e a Teoria da Organização Industrial de Scott e Storper (1986) e os Retornos Crescentes de Krugman (1991).

Piore e Sabel (1984), em resposta à crise do sistema fordista, apresentaram vantagens da produção pequena e mais flexível, propondo o conceito de Distritos Industriais. Esse modelo é baseado na concentração de pequenas e médias empresas especializadas, ligadas a atividades locais. Essas empresas, muitas vezes familiares, possuem fortes vínculos sociais, políticos e econômicos, influenciados pela cultura e pelas relações da comunidade local. Enquanto a teoria do Distrito Industrial enfatiza uma perspectiva social, a teoria dos Ambientes Inovadores, associada ao *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateur* (GREMI) com pesquisadores da França, Itália e Suíça, possui enfoque nas inovações tecnológicas, nos vínculos de cooperação e nas redes locais. O nível de inovação seria determinado pela capacidade dos atores de compreender as transformações no ambiente tecnológico e no mercado, e pela sua capacidade de resposta (Cavalcante, 2008).

Outra corrente importante, relacionada à especialização flexível, é vinculada à escola Californiana. A Teoria da Organização Industrial de Storper e Scott (1986) destaca que o crescimento de atividades de alta tecnologia atuam como força aglomerativa. Como resultado, a importância do parque tecnológico tem sido destacada como um ímã para o desenvolvimento industrial, gerando diferenciação entre as regiões (Diniz, 2001).

E, finalmente, Krugman (1991), em sua teoria dos Retornos Crescentes, propôs um modelo de equilíbrio geral para explicar por que, como e quando a atividade econômica pode se concentrar em poucos locais, dando enfoque nos retornos crescentes e na competição imperfeita nos mercados globalizados. Ele argumenta que, para obter economias de escala e ao mesmo tempo minimizar os custos, as empresas manufatureiras tendem a se estabelecer em

regiões com maior demanda. No entanto, a localização da demanda depende da distribuição da manufatura. Assim, o surgimento de um padrão centro-periferia dependeria dos custos de transporte, das economias de escala e da participação da manufatura na renda nacional, e tem o potencial de aumentar as diferenças regionais (Krugman, 1991; Diniz, 2001).

Essas diversas teorias buscam estabelecer uma relação entre ações de intervenção e desenvolvimento regional. Com a contextualização dessas abordagens, é possível perceber as várias influências exercidas na evolução da discussão sobre regionalidade e o aspecto de desenvolvimento econômico, que envolve temáticas voltadas a finanças.

3 Metodologia

A metodologia adotada nesta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, conduzida utilizando o método Procknow-C (*Knowledge Development Process-Constructivist*), conforme proposto por Ensslin et al. (2010). A escolha desse método justifica-se pela clareza da sistematização para construção do conhecimento e pelo seu uso disseminado.

O método Procknow-C é um processo construtivista composto por diversas etapas (Ensslin et al., 2014). Neste estudo, foram seguidas quatro fases: (1) seleção do portfólio bibliográfico (PB), que envolve a identificação de artigos relevantes sobre o tema por meio de seleção e filtragem qualitativa; (2) análise bibliométrica do PB, realizada através de uma análise quantitativa dos artigos para avaliar a relevância dos periódicos, o reconhecimento científico, a importância dos autores e as palavras-chave mais frequentes; (3) análise sistêmica, utilizada para a síntese do conhecimento emergente, abrangendo a avaliação do nível de regionalidade, as (sub)temáticas em finanças, as fontes de dados, os métodos empregados, as hipóteses investigadas, o período analisado e as implicações dos estudos. Na última fase do processo (4), procurou-se identificar lacunas e oportunidades para futuras pesquisas sobre o tema.

Para a pesquisa, foram empregados dados secundários provenientes das bases Web of Science (115 resultados) e Scopus (117 resultados). O critério de idioma foi o português, alinhado com o objetivo de investigar estudos sobre regionalidade no contexto brasileiro; o período considerado abrangeu a cobertura das referidas bases. As expressões utilizadas nos mecanismos de busca foram: (regi* OR local*) AND (finan*).

Inicialmente, foi feita a busca nas bases de dados e em seguida, os artigos foram agrupados e filtrados seguindo os critérios específicos do método Procknow-C, conforme apresentado na Figura 2, resultando no Portfólio Bibliográfico (PB), analisado conforme os objetivos específicos deste estudo, os resultados são apresentados a seguir.

4 Resultados

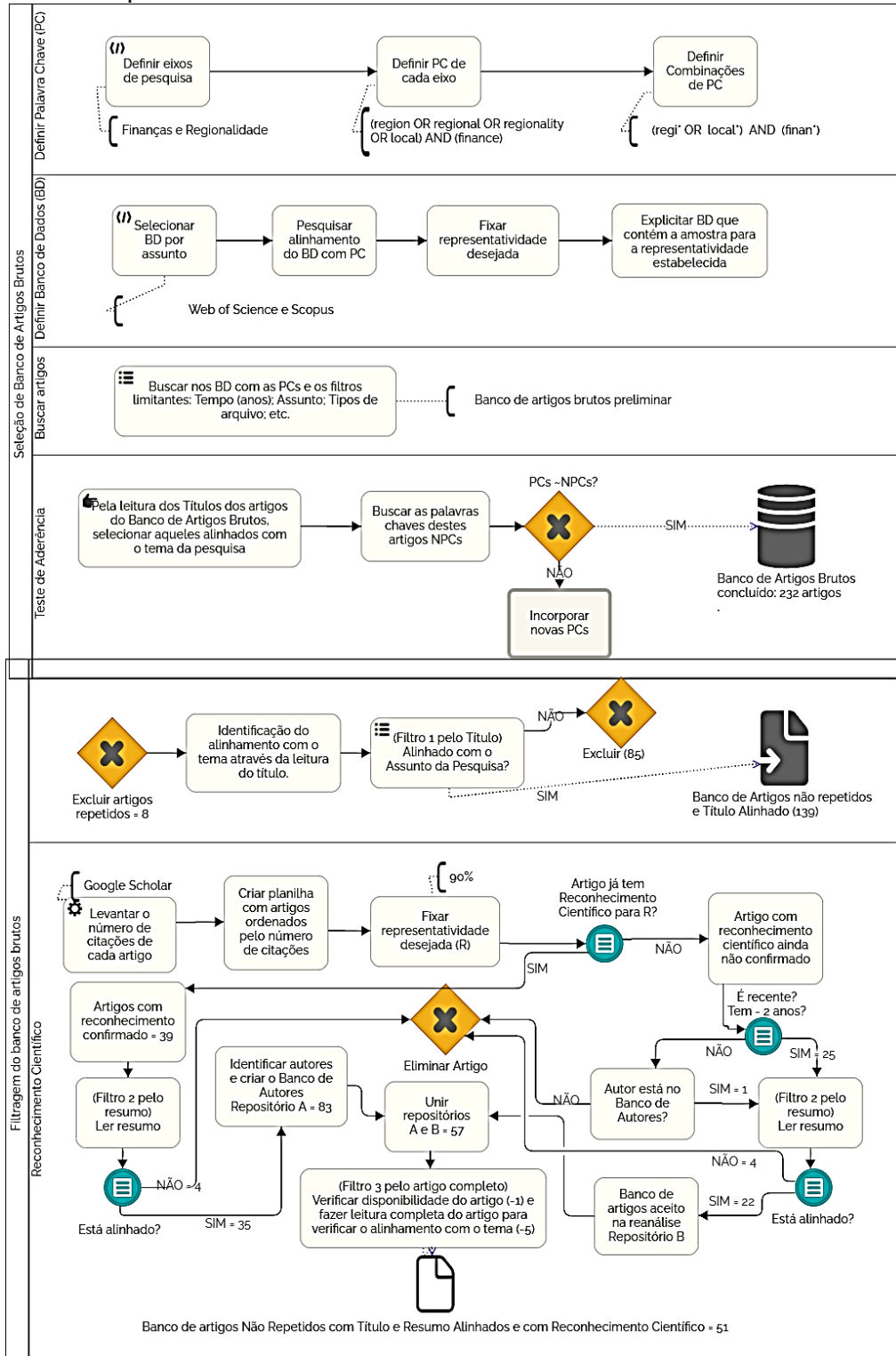
Para responder à questão de pesquisa desta investigação, pautada na identificação dos principais artigos do elo regionalidade-finanças, seguindo o método Procknow-C, foram identificados 51 artigos que compuseram o Portfólio Bibliográfico, apresentados na Tabela 1.

A fim de identificar as características bibliométricas desses artigos, conforme objetivo proposto por este estudo, observaram-se os seguintes aspectos: (i) a relevância dos periódicos; (ii) o fator de impacto dos periódicos; (iii) o reconhecimento científico dos artigos; (iv) os autores mais influentes; e (v) as palavras-chave mais frequentemente utilizadas (Ensslin et al., 2014).



Figura 2

Etapa 1 do Proknow-C



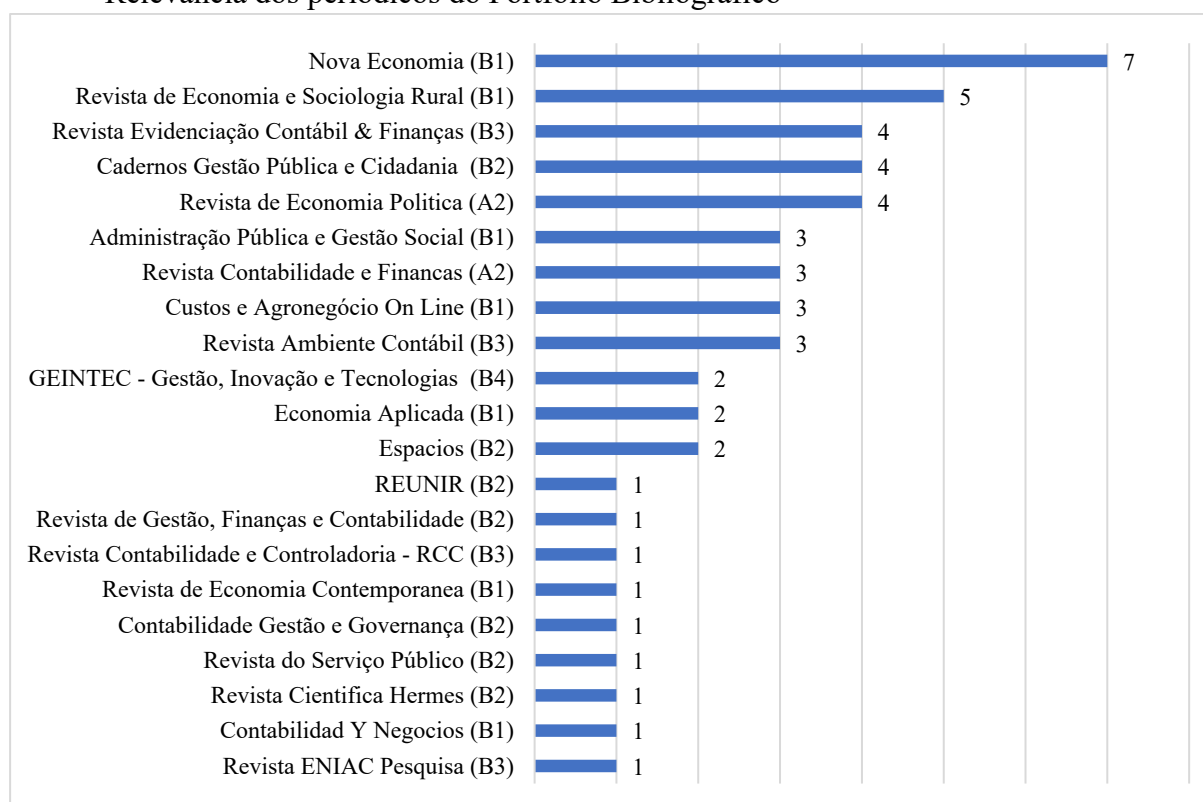
Fonte: Adaptado de Afonso et al. (2012)



Os artigos estão distribuídos em 21 periódicos, com destaque para a revista Nova Economia, e a Revista de Economia e Sociologia Rural, que apresentaram respectivamente 7 e 5 artigos no PB. Os demais periódicos apresentaram menos de 5 artigos cada, conforme apresentado na Figura 3. Quanto ao fator de impacto, inicialmente considerou-se o Journal Report Citations (JCR), mas apenas 1 periódico estava classificado nesse índice. Portanto, a análise foi baseada na classificação do Qualis Capes (2013-2016) para a área de Administração, sendo que a maior classificação encontrada foi A2, nas revistas Contabilidade e Finanças e Revista de Economia Política.

Figura 3

Relevância dos periódicos do Portfólio Bibliográfico



Fonte: Elaborado pelos autores.

Para avaliar o reconhecimento científico dos artigos, foi analisado o número de citações no Google Acadêmico (out/2020), conforme apresentado na Tabela 1. Destacam-se o estudo de Bruno et al. (2011), com 86 citações; Souza et al. (2013) com 32 citações, e, Lino e Aquino (2018) com 31 citações. Os demais artigos tiveram menos de 30 citações.

Em relação aos autores, o PB inclui 153 autores distintos, e os que se destacam, pela frequência de publicações no PB são: Marco Aurelio Crocco Afonso, Marlon Gomes Ney, Niraldo José Ponciano, Paulo Marcelo de Souza e Roberto Calos Klann; com dois artigos cada no PB, enquanto os demais autores contribuem com apenas uma publicação no PB.

Tabela 1

Informações dos artigos do Portfólio Bibliográfico

	Artigo	Citações	Tema em finanças	Regionalidade	Método	Fonte de Dados	Implicações	Período
1	(Bruno et al., 2011)	86	Política Econômica	Nível Brasil	Estatística	Governamentais	NP e C	1950 – 2008
2	(Souza et al., 2013)	32	Crédito	Nível Brasil	Estatística	Governamentais	NP e C	1999–2010
3	(Lino & Aquino, 2018)	31	Finanças Públicas	Nível Brasil	Entrevistas	Governamentais	NP e C	Abr – Dez/15
4	(Crocco, Santos, & Figueiredo, 2013)	27	Política Econômica	Nível Brasil	Exploratória	Governamentais	NP e C	1994 – 2008
5	(Santos et al., 2012)	25	Finanças Públicas	Nível Brasil	Exploratória	Governamentais	NP	2002 – 2010
6	(Bresser-Pereira, Gonzalez, & Lucinda, 2008)	24	Finanças Públicas	Países Emergentes	Teórico-Empírico	Órgãos Internacionais	NP e C	1990 – 2002
7	(Massardi & Abrantes, 2016)	24	Finanças Públicas	Região de MG	Séries temporais	Governamentais	C	2005 – 2009
8	(Piccoli & Klann, 2015)	24	Finanças Públicas	Região de SC	Entrevistas	Governamentais	NP	Out – Dez/14
9	(Araujo et al., 2011).	16	Finanças Públicas	Nível Brasil	Análise BP	Governamentais	NP	2001 – 2009
10	(Souza, Ney, & Ponciano, 2015)	14	Crédito – PRONAF	Nível Brasil	Estatística	Governamentais	NP e C	1999 – 2012
11	(Silva & Fonseca Neto, 2014)	13	Política Econômica	Nível Brasil	Estatística	Governamentais	C	2002 – 2010
12	(Costa, 2008)	12	Economia local	Região do Brasil	Insumo-produto	Governamentais	NP e C	2004 – 2010
13	(Freitas & Prates, 2008)	11	Investimentos	Internacional	Descritiva	Governamentais	C	1990 – 2007
14	(Chagas & Baumann, 2007)	10	Análise de custos	Internacional	Estimativas	Governamentais	NP	2003 – 2005
15	(Capellesso, Cazella, & Búrigo, 2018)	9	Crédito	Região de Estado	Séries temporais	Governamentais	NP e C	1996 – 2013
16	(Crocco, 2012)	9	Finanças Públicas	Nível Brasil	Teórico-empírico	Governamentais	NP e C	2007
17	(Cruz, Silva & Santos, 2009)	9	Finanças Públicas	Região do RJ	Análise Estatística	Governamentais	CE	Jan – Fev/2009
18	(Menezes, Forgi, & Nascimento, 2017)	8	Desempenho: Empresas (OPAs)	Nível Brasil	Teórico Empírico	Demonstrativos	C	2005 – 2013
19	(Matias-Pereira, 2017)	8	Finanças Públicas	Nível Brasil	Artigo-Ensaio	Governamentais	NP	2003 – 2018
20	(Seabra & Dequech, 2013)	7	Convenções	Nível Brasil	Teórico empírico	Revisão teórica	NP	Não se aplica.
21	(Paula & Barcelos, 2011)	6	Política Econômica	Internacional	Teórico empírico	Órgãos Internacionais	C	1990-2007
22	(Grin et al., 2018)	6	Finanças Públicas	Nível Brasil	Estatística	Governamentais	NP e CE	Não indica.
23	(Ozaki & Dias, 2009)	5	Análise de risco	Nível de Estado	Estatística	Governamentais	NP e CR	1990 a 2005
24	(Albuquerque, Medina & Silva, 2017)	5	Risco de Crédito	Distrito Federal	Estatística	Empresa	NP e CR	Dez/2013 – Abr/2014



25	(Ogata et al., 2014)	5	VEF	Nível de Município	Teórico-empírico	Empresa	Projeções	Não se aplica
26	(Oñate & Souza Lima, 2012)	5	Cooperativas	Município	Teórico-empírico	Entrevistas e dados	NP	2010
27	(Ribeiro, Carneiro & Scherer, 2018)	5	Divulgação dos resultados	Nível Brasil	Estatística	Empresas	C	2011 – 2015
28	(Gama, Bastos & Hermeto, 2016)	4	Finanças Públicas	Nível Brasil	Estatística	Governamentais	CE	2000 – 2010
29	(Sell et al., 2018)	4	Finanças Públicas	Sul do Brasil	Ranqueamento	Governamentais	C	Nov-Dez/2015
30	(Lima & Aquino, 2019)	3	Finanças Públicas	Nível Brasil	Teórico Empírico	Entrevistas e dados	NP	2014 – 2016
31	(Paraná, 2018)	2	Finança Digitalizada	Nível Brasil	Entrevistas	Gov e empresas	NP	Jan/14–Mai/15
32	(Souza, Curi & Nuintin, 2019)	2	Finanças Públicas	Região de MG	Ranqueamento	Governamentais	C	< que 1 ano
33	(Avelar et al., 2020)	1	Dividendos	Nível Brasil	Estatística	Empresa	NP e C	2010 – 2016
34	(Mello et al., 2019)	1	Contabilidade	Nível Brasil	Estatística	Empresas	CE	2010 – 2017
35	(Santos et al., 2019)	1	Divulgação	Nível Brasil	Estatística	Inst. Financeiras	NP e CE	2011 – 2017
36	(Vieira et al., 2018)	1	Finanças Públicas	Regiões do MS	Estatística	Governamentais	C	Set – Out/2017
37	(Cruz et al., 2018)	1	VEF	Região de SC	Teórico Empírico	Empresa	Projeção	Não se aplica
38	(Costa, 2018)	0	Desempenho	Nível Municipal	Estatística	Entrevista	NP e C	Não indica
39	(Rodrigues & Silva, 2020)	0	Finanças Públicas	Região do PA	Estatísticas	Governamentais	C	2010 – 2016
40	(Dal Magro et al., 2013)	0	Contabilidade Rural	Região de SC	Teórico Empírico	Empresa Rural	C	Ago-Out/2010
41	(Biegelmeyer et al., 2019)	0	Inovação	Caxias do Sul	Estatística	Entrevistas	CE	Fev-Jun/2019
42	(Magella & Eclache Da Silva, 2019)	0	Finanças Públicas	Mogi das Cruzes	Entrevistas	Governamentais	NP	2012 – 2016
43	(Sousa et al., 2020)	0	Finanças Públicas	Região de PE	Análise	Governamentais	NP	2011 – 2015
44	(Jesus Silva et al., 2019)	0	Educ. Financeira	S, SE, CO e NE	Análise	Entrevistas	NP	Jul/17–Jan/18
45	(Kelly, Fonseca, & Sauerbronn, 2018)	0	Microcrédito	Rio de Janeiro	Entrevistas	Governamentais	NP e CE	Nov/13 – Mai/15
46	(Fernandes & Souza Sampaio, 2019)	0	Finanças Públicas	São Miguel – RN	Estatísticas	Governamentais	NP	2014 – 2017
47	(Oliveira et al., 2018)	0	VEF	Amazônia	Teórico Empírico	Projeções	Projeção	Não se aplica
48	(Silva, Burgos & Medeiros, 2018)	0	Finanças Públicas	Região de SP	Entrevistas	Governamentais	NP e C	2008 – 2016
49	(Brandão et al., 2018)	0	VEF	Região da BA	Teórico Empírico	Projeções	Projeção	Não se aplica
50	(Neves et al., 2018)	0	Contabilidade	Guanambi - BA	Análise estatística	Entrevistas	NP	Não informado
51	(Nascimento & Dias Diógenes, 2020)	0	Previdência Social	Nível Brasil	Análise estatística	Governamentais	NP e C	2016

Legenda: BP: Balanço Patrimonial; C: Comparações; CE: Consistência com outros estudos; CR: Comparações Regionais; NP: Novas Perspectivas; VEF: Viabilidade Econômico-Financeira.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Quanto às palavras-chave, o PB apresentou um total de 189 termos diferentes. As palavras mais frequentes, consideradas principais, incluem “agricultura familiar” (4 vezes), “crédito” (3), “PRONAF” (3), “*accountability*” (2), “Brasil” (2), “contabilidade pública” (2), “custo de transação” (2), “demonstração dos fluxos de caixa” (2), “finanças públicas” (2), “financeirização” (2), “fundo de participação dos municípios” (2), “gerenciamento de resultados” (2), “municípios” (2), “políticas públicas” (2), “regime próprio de previdência social” (2), “transparência” (2). Estas palavras-chave refletem a importância do setor agropecuário nacional, que é a principal matriz econômica do país, alinhando-se ao que foi discutido nas teorias de desenvolvimento regional. Além disso, as demais palavras-chave, apresentam temas relacionados à gestão financeira pública, que também está intimamente ligado a questões de desenvolvimento regional, conforme as teorias elucidadas.

4.1 Análise sistêmica do portfólio bibliográfico

A análise sistêmica foi conduzida por meio de análise de conteúdo, a partir de leitura detalhada dos 51 artigos do PB para identificar seus principais atributos. Os artigos foram categorizados conforme: (sub)tema em finanças; nível de regionalidade; método utilizado; fonte de dados; implicações e período (Tabela 1).

No que se refere aos métodos utilizados, os estudos foram classificados da seguinte forma: estudo teórico-empírico (12 artigos); análise estatística (23); estudo de caso ou múltiplos casos (12); análise de entrevistas e dados secundários (4); criação de rankings (2); análise exploratória (2); análise de séries temporais (2); validação de modelo (1); análise de demonstrativos (1); estimativas (1); análise descritiva e comparativa (1); artigo-ensaio (1); matriz-insumo produto (1).

A principal fonte de dados mencionada nos estudos foi governamental (25 estudos), seguida por entrevistas e dados governamentais (6), entrevistas e dados de empresas (4), dados de empresas (4), entrevistas (3), dados de organismos internacionais (2), projeções (2), dados governamentais e internacionais (1), dados de empresa rural (1), dados de instituições financeiras (1), entrevistas com profissionais, dados de empresas e dados governamentais (1) e revisão teórica (1).

Considerando as implicações dos estudos, o PB apresenta diferentes abordagens: comparações (11 artigos), novas perspectivas (14), consistência com outros estudos (4), projeções (4) e outros que combinam novas perspectivas e consistência com outros estudos (5), novas perspectivas e comparações (13), comparações e consistência com outros estudos (1).

Em relação ao período de análise, 16 artigos investigaram um período temporal de um ano ou menos; 8 artigos abordaram um período de dois a cinco anos; 10 artigos consideraram período amostral entre seis e dez anos; 10 estudos examinaram um intervalo temporal de onze anos ou mais; e 7 artigos não especificaram um período de análise ou trata-se de estudos transversais.

Quanto à abordagem regional, o PB tratou a região em cinco níveis distintos: âmbito internacional (4 artigos); nível Brasil (21), grandes regiões brasileiras (4); regiões de Estado/DF (14); e Município ou Região de Município (8). A regionalidade foi identificada nos artigos a partir das regiões mencionadas nos estudos, porém nem todas as pesquisas abordaram questões de desenvolvimento regional. Alguns estudos simplificaram a região como uma característica amostral, como observado em Menezes, Forgi & Nascimento (2017) e Ribeiro, Carneiro & Scherer (2018). No entanto, alguns artigos consideraram aspectos de regionalidade, como o



estudo de Matias-Pereira (2017), que comparou o cenário político entre Brasil e Itália; Grin et al. (2018) que caracterizaram as capacidades estatais locais; e Nascimento e Dias Diogenes (2020) que examinaram o impacto da demografia nacional na previdência social.

Identificar as diversas formas pelas quais a região é apresentada nos estudos acadêmicos é de suma importância, para compreender como a perspectiva regional está delineada na literatura e quais são as limitações das abordagens. Dal Magro et al. (2013) destacam uma região mais ampla (Oeste do Estado de Santa Catarina), no entanto, trata-se de um estudo de caso em uma única empresa localizada nessa região. Sell et al. (2018) apresentam um ranking de desempenho dos municípios de uma região, mas não consideram todos os municípios, sendo a região uma referência geográfica da amostra. Jesus Silva et al. (2019) fazem entrevistas em 4 regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste), mas apresentam análise unificada.

Já em outros estudos, a indicação da região apresenta uma forma mais evidente da regionalidade, como em Massardi e Abrantes (2016), que realizaram o estudo em todo o estado de Minas Gerais, examinando variações entre microrregiões dentro do estado, possibilitando estudos comparativos regionais. Da mesma forma, Vieira et al. (2018) especificaram a delimitação regional no Mato Grosso do Sul e em suas análises realizaram comparações dentro do estado, de forma a diferenciar o tamanho dos municípios. Souza, Curi e Nuintin (2019) categorizaram os municípios, abrangendo todos os municípios de duas mesorregiões de Minas Gerais. E diversos estudos, como de Cruz et al. (2018), Brandão et al. (2018) e Oliveira et al. (2018), focaram na análise de viabilidade econômico-financeira com base nas necessidades locais, ressaltando o fator regional e suas características como principal catalizador para identificar oportunidades. Além disso, o estudo de Kelly, Fonseca e Saurbroon (2019) sobre o impacto social do microcrédito, também é motivado por uma necessidade comunitária local.

Em relação às áreas de pesquisas em finanças abordadas no PB, uma gama diversificada de (sub)temáticas em finanças é examinada. Observa-se uma predominância de estudos sobre finanças públicas (26 artigos) que abordam diversos assuntos: transparência em portais eletrônicos municipais (3 estudos), sistema financeiro (4), políticas econômicas (4), regime previdenciário (3), gestão pública (3), contabilidade pública (2), crises financeira, econômica, política e/ou ética (3), gestão fiscal nos municípios (2), e Auditoria (1). O PB apresenta também 7 estudos relacionados ao crédito: artigos sobre Programa de Crédito Rural – PRONAF (4), análise de risco de crédito (2), cooperativa de Crédito (1) e sobre o papel social do microcrédito (1). Além disso, as publicações apresentam temas sobre desempenho (4), viabilidade econômico-financeira (4), contabilidade (5), teoria financeira (2), economia local (1) e educação financeira (1).

4.2 Identificação de lacunas e oportunidades de pesquisas futuras

As lacunas de pesquisa foram identificadas com base nas limitações e recomendações de cada artigo do PB. Como se trata de vários subtemas no campo das finanças, não foi possível uma intersecção geral entre finanças e regionalidade. Assim, as lacunas e oportunidade de pesquisas futuras são delineadas para os (sub)temas de finanças especificados.

Cruz, Silva e Santos (2009) sugerem a incorporação de variáveis que possibilitem avaliação da transparência fiscal eletrônica. Já Vieira et al. (2018) propõem que análises sejam feitas comparando as capacidades de *accountability* com indicadores socioeconômicos e sugerem a utilização de mídias sociais como instrumentos de prestação de contas nas prefeituras.



Rodrigues de Souza, Curi e Nuintin (2019), em sua análise sobre governo eletrônico, sugerem a replicação do estudo em outras regiões para comparações e a realização de pesquisas para verificar se o nível de integração tecnológica municipal, influencia a participação popular.

Os estudos relacionados ao sistema financeiro e ao desenvolvimento regional ressaltam a necessidade de se aprofundar nas questões que acentuam as disparidades no território brasileiro. Gama, Batos e Hermeto (2016) ressaltam que em regiões que exibem forte preferência por liquidez, o desempenho econômico tende a ser inferior e afirmam que as políticas têm potencial de melhorar esse desempenho, necessitando, portanto, de um exame de padrões de cada região. Além disso, Chagas e Baumann (2007) recomendam esforços de pesquisa que investiguem modelos de equilíbrio geral para estimar os efeitos da redução de custos de transação na dinâmica comercial entre o Brasil e o Mercosul.

Em relação ao sistema previdenciário, Nascimento e Dias Diógenes (2020) recomendam a projeção das despesas previdenciárias até 2050, período em que será caracterizado pelo envelhecimento da estrutura etária, e propõe uma análise do impacto das disparidades de gêneros na previdência social, pelas diferenças do tratamento entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho.

Sobre gestão pública, Sousa et al. (2020) destacam as restrições associadas à fragilidade da base de dados do DATASUS, incluindo a diferenciação nas abordagens de tratamento e a migração de pessoas para atendimento em outros municípios, e sugerem abordagens para mitigar essas limitações. Além disso, Grin et al. (2018) propõem a realização de análises qualitativas em regiões que alcançam maior conexão entre capacidades estatais e gestão fiscal, como modelos de benchmarking.

Sobre discussões relativas à contabilidade pública, Santos et al. (2012) fornecem estimativas mensais da formação bruta de capital fixo público no Brasil de 2002 a 2010, e sinalizam a necessidade de mais pesquisas para refinar essas estimativas. Já sobre a gestão fiscal nos municípios, Massardi e Abrantes (2016) recomendam investigações que demonstrem a correlação entre o nível de dependência de transferências intergovernamentais e o esforço para arrecadar impostos municipais, com vistas a compreender o impacto dessas transferências na arrecadação municipal.

Em relação à auditoria, Lino e Aquino (2018) analisaram as variações na estrutura interna de 18 Tribunais de Contas Regionais no Brasil, e observaram uma variabilidade de aspectos quanto à organização, formação de equipes, alocação de tarefas e automação de coleta de dados, e discutem como essas variações afetam o nível de fiscalização nas administrações estaduais e municipais. Eles destacam que a falta de padronização nos procedimentos afeta a qualidade da auditoria e das demonstrações consolidadas. Conseqüentemente, sugerem que estudos futuros com foco nas práticas de auditoria nos governos regionais brasileiros considerem essas diferenças.

Albuquerque, Medina e Silva (2017) examinam o risco de crédito e enfatizam a utilização da regressão logística geograficamente ponderada (GWLR) em diferentes operações de crédito, considerando diferentes públicos-alvo e distintos níveis regionais como bairros, municípios, estados, etc., para avaliar a aplicabilidade do modelo. Particularmente, eles investigaram a significância da variável Renda Formal no risco de crédito, e identificaram uma tendência incomum do coeficiente em sua análise. Além disso, propõem compreender a aplicação da metodologia GWLR a várias áreas de negócios, como estratégia e marketing.

Kelly, Fonseca e Sauerbronn (2019) examinaram programas de microcrédito e apresentaram recomendações para que estudos futuros investiguem o impacto das intervenções

do governo federal em contextos regionais específicos na redução da pobreza, e se há convergência desses programas, na integração das ações.

Avelar et al. (2020) investigaram as implicações regulatórias da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na distribuição de desempenho de operadoras de planos de saúde em modalidades cooperativas médicas e de medicina de grupo. Eles estimulam novas investigações em outros contextos, incluindo análises em modalidades de APS odontológicas.

Costa (2018) analisou as características gerenciais das micro e pequenas empresas de turismo rural e destacou a natureza pouco explorada da pesquisa em turismo rural. Em um estudo relacionado, Dal Magro et al. (2013) apresentam a rentabilidade das atividades leiteiras e avícolas no desenvolvimento rural. Eles recomendam replicação do estudo em diferentes propriedades e setores agropecuários para obter informações abrangentes.

No campo da contabilidade, Mello et al. (2019) avaliaram o gerenciamento de informações nas provisões contingenciais de entidades de previdência complementar. E sugerem análises adicionais para analisar o impacto das contingências passivas nos resultados financeiros relatados por essas entidades. Neves et al. (2018) investigaram a compreensão dos profissionais de contabilidade sobre o capital intelectual e suas implicações práticas. Eles propõem pesquisas adicionais para promover a disseminação e aplicação desse conhecimento.

Ribeiro, Carneiro e Scherer (2018) e Santos et al. (2019) conduziram estudos sobre a prática de suavização de resultados contábeis. O primeiro se concentrou em empresas de capital aberto empregando métricas específicas, enquanto o segundo examinou a prática em instituições financeiras em diferentes cenários econômicos. Ribeiro, Carneiro e Scherer (2018) sugerem explorar métricas alternativas para o gerenciamento de resultados ou melhorar a qualidade das informações contábeis.

Seabra e Dequech (2013) investigaram o aprimoramento dos aspectos conceituais e teóricos da convencionalidade da taxa de juros, baseando-se em abordagens Keynesianas e convencionalistas, e defendem a adoção de uma interpretação mais abrangente e específica de convenção. No entanto, eles ressaltam a necessidade de esforços de pesquisa empírica que ajudem a aprimorar a avaliação sobre uma convencionalidade de taxa básica.

O estudo de Costa (2008) se destacou como o único do PB que abordou especificamente sobre economia local, enfatizando esse tema tanto no título quanto nas palavras-chave. A análise examina a estrutura econômica do sudeste do Pará, bem como as projeções de investimento da Companhia Vale do Rio Doce na região, ao mesmo tempo em que investiga as repercussões econômicas desses investimentos local e nacionalmente. O estudo serve como catalisador para futuras investigações que abrangem a amplitude do setor de mineração no Brasil.

Jesus Silva et al. (2019) analisaram os padrões de utilização do cartão de crédito vinculados aos processos de tomada de decisão financeira dos estudantes de contabilidade. Os autores sugerem que estudos futuros adotem metodologias qualitativas para avaliar os determinantes do uso do cartão de crédito e sua correlação com o nível de educação financeira, bem-estar financeiro e endividamento.

5 Considerações finais

O contexto regional heterogêneo do Brasil estimula pesquisas com foco no desenvolvimento econômico e financeiro regional. É imperativo mapear as principais publicações relacionadas à regionalidade e finanças para acompanhar as tendências de pesquisas nesses temas. Assim, esse estudo analisou a literatura em português sobre o assunto,



utilizando o processo estruturado Proknow-C, reconhecido por possibilitar maior objetividade, por meio de critérios seletivos e um processo rigoroso que aprimora a construção do conhecimento científico sobre um tema.

A construção do Portfólio Bibliográfico envolveu duas etapas principais: seleção e filtragem de artigos sobre o tema. A percepção do pesquisador é considerada em vários estágios do processo Proknow-C, incluindo a escolha de termos de busca, bancos de dados e delimitações gerais da pesquisa. O processo de busca, neste estudo, resultou em uma Base de Dados Bruta composta por 232 artigos. Após a fase de filtragem, 51 estudos foram criteriosamente selecionados para compor o PB, seguindo criteriosamente o Proknow-C, com base na aderência dos artigos ao tema e sua relevância científica, considerando número de citações e atualidade.

Depois de definir o PB, análises bibliométricas foram conduzidas para identificar periódicos primários, autores proeminentes, relevância dos artigos e palavras-chave principais. Posteriormente, foi realizada a análise sistêmica, categorizando os artigos por seu foco temático em finanças, com a maioria (51%) concentrando-se em finanças públicas, seguida por estudos relacionados ao crédito (15%). E, ao analisar a abordagem regional, foram identificados diversos níveis de amplitude, a maioria (23 estudos) envolvendo o nível nacional. Análises adicionais foram realizadas categorizando os estudos com base em métodos, dados, hipóteses, implicações e período. Além disso, foi identificada grande dispersão de (sub)temas de finanças. Destacaram-se, também, as principais lacunas de pesquisa para orientar estudos futuros.

As lacunas de pesquisa foram identificadas examinando limitações e sugestões de pesquisas futuras. Os (sub)temas finanças públicas e crédito se destacaram como temas significativos no PB. Os caminhos futuros de pesquisa em finanças públicas e regionalidade incluem a exploração da transparência fiscal eletrônica, com base em insights de quatro estudos, sendo ainda favorecidos pela disponibilidade de dados abertos em portais eletrônicos governamentais. Em relação à análise de crédito, destacou-se a aplicação do modelo de regressão logística geograficamente ponderada, recomendada para aprimorar análises regionais, por considerar critérios geográficos na análise, além disso, o método é incentivado por Albuquerque, Medina e Silva (2017), para pesquisas em outros contextos de negócios que considerem fatores regionais, como estratégia e marketing.

Identificar informações bibliográficas sobre um assunto específico e convertê-las em indicadores bibliométricos exige um trabalho cauteloso em todo o processo, já que as decisões de pesquisa influenciam os resultados obtidos, sendo delimitadoras e limitadoras da investigação. Conseqüentemente, novos esforços de pesquisa são estimulados, incorporando determinações alternativas de pesquisa, abrangência de idiomas e/ou a utilização de diferentes temas de busca, já que os aspectos regionais apresentam muitas variações.

Além disso, foram identificados diversos subtemas de finanças, que reúnem certos artigos do PB, que abordam assuntos relacionados, mas os distingue de outros estudos. Isso, em certa medida, favorece a perspectiva de amplitude de abordagens que envolvem o elo finanças e regionalidade, no entanto, não possibilita uma intersecção geral entre todos os estudos, representando, assim, uma limitação desta investigação. Recomenda-se que estudos futuros examinem a correlação entre temáticas específicas de finanças, como finanças públicas e crédito, e a regionalidade para possibilitar essa análise convergente.

As principais contribuições desta investigação são acadêmicas, uma vez que o objetivo foi identificar oportunidades para a progressão de pesquisas futuras envolvendo regionalidade e finanças. Além disso, contribui com a discussão sobre um assunto que ainda é pouco explorado na literatura acadêmica. Além disso, contribui para a sociedade ao demonstrar os



indicadores bibliométricos que podem servir como uma ferramenta valiosa para avaliar os resultados e a relevância da pesquisa sobre regionalidade e finanças, o que impacta a comunidade científica e as estratégias governamentais de incentivos a pesquisas.

Referências

- Afonso, M. H. F. (2011). Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo Proknow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 5 (2), 47-62.
- Albuquerque, P. H. M., Medina, F. A. S., & Silva, A. R. D. (2017). Regressão logística geograficamente ponderada aplicada a modelos de credit scoring. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28, 93-112. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201703760>
- Araujo, V. L. et al. (2017). O sistema brasileiro de instituições financeiras subnacionais para o desenvolvimento: um panorama. *J. Chem. Inform. and Modeling*, 53 (9), 4-42.
- Avelar, E. A. et al. (2020). Efeitos da Regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre a Distribuição de Resultados em Operadoras de Planos de Saúde. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 8(3), 73-90.
- Barros, J. D., Monteiro, M. A., & Cruz, A. G. (2019). A localização espacial na lógica dialética: uma análise da produção do aço Brasil. *Cadernos CEPEC*, 7, 1-6.
- Biegelmeyer, U. H. et al. (2019). Relationship between technological innovation and organizational performance. *Revista GEINTEC*, 9 (4), 5117-5130.
- Brandão, T. S. O. et al. (2018). Economic and financial feasibility study for the implementation of a micro industry producing umbu-caja (*Spondias bahiensis*) fermented alcoholic beverage. *Custos e Agronegocio*, 14 (3), 2-20.
- Bresser-Pereira, L. C., Gonzalez, L., & Lucinda, C. (2008). Crises financeiras nos anos 1990 e poupança externa. *Nova Economia*, 18 (3), 327-357.
- Bruno, M. et al. (2011). Finance-led growth regime no Brasil: Estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. *Revista Economia Política*, 31(5), 730-750.
- Capellesso, A. J., Cazella, A. A., & Búrigo, F. L. (2018). Evolução do Pronaf crédito no período 1996-2013: Redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56 (3), 437-450.
- Cavalcante, L. R. M. T. (2008). Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 2 (1).
- Chagas, L., & Baumann, R. (2007). Integração monetária no Mercosul: Ganhos com menores custos de transação? *Economia Aplicada*, 11 (1), 95-111.



- Christaller, W. (1933). Die zentralen Orte in Suddeutschland: Eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit städtischen Funktionen. Alemanha: Jena.
- Costa, F. A. (2008). Corporação e economia local: Uma análise usando Contas Sociais Alfa (CSa) do programa de investimentos da CVRD no Sudeste Paraense (2004 a 2010). *Nova Economia*, 18 (3), 429–470.
- Costa, A. C. (2018). Influence of sociodemographic characteristics on the financial performance of micro and small businesses in rural tourism. *Espacios*, 39 (14).
- Crocco, M. (2012). Centralidade e hierarquia do sistema financeiro brasileiro. *Nova Economia*, 22 (1), 31–79. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512012000100002>
- Crocco, M. A., Santos, F., & Figueiredo, A. (2013). Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. *Revista de Economia Política*, 33 (3), 505–526.
- Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2009). Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12 (3), 102–115.
- Cruz, F. C. et al. (2018). Estudo de viabilidade financeira para instalação de rádio enlace na rede de telefonia móvel. *Revista Gestão Inovação e Tecnologias*, 8 (3), 4447–4460.
- Dal Magro, C. B. et al. (2013). Rural accounting: Comparative profitability of poultry and dairy activities. *Custos e Agronegócio*, 9 (1), 2–22.
- Diniz, C. C. (2001). A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Belo Horizonte: Cedepiar. (Texto para discussão, 159)
- Ensslin, L. et al. (2010). ProKnow-C, knowledge development process - constructivist. Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI.
- Ensslin, S. R. et al. (2014). Comportamentos dos Custos: Seleção de referencial teórico e análise bibliométrica. *Rev. Cont. Mestrado em Ciências Cont. UERJ*, 19 (3), 02–25.
- Fernandes, C. D. O., & Souza Sampaio, F. J. C. (2019). Regime Próprio de Previdência Social: um Estudo da Sustentabilidade Financeira de um Município Potiguar. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 7 (1), 5.
- Freitas, M. C. P., & Prates, D. M. (2008). Investimentos estrangeiros nos sistemas financeiros latino-americanos: os casos da Argentina, Brasil e México. *Revista Economia Contemporânea*. 12 (2), 189–218.
- Frémont, A. (1976). La région, espace vécu. Paris: PUF.



- Gama, F. J. C., Bastos, S. Q. A., & Hermeto, A. M. (2016). Moeda e crescimento: uma análise para os municípios Brasileiros (2000 a 2010). *Nova Economia*, 26 (2), 515–551.
- Gil, A. C., Oliva, E. C., Novaes, M. B. C., & Silva, E. C. (2013). Fundamentos Científicos da Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade. *Revista de Ciências da Administração*, 14 (35), 68–81. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2013v15n35p68>
- Grin, E. J. et al. (2018). About disconnections and gaps: an analysis of state capacity and public finances in brazilian municipalities. *Cad. Ges. Púb. e Cid.*, 23 (76), 312–336.
- Hirschman, A. (1958). *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press.
- Isard, W. (1956). *Location and Space-economy: a General Theory Relating to Industrial Location, Market Areas, Land Use, Trade, and Urban Structure*. Cambridge: MIT.
- Jesus Silva, T. B. et al. (2019). Educação financeira, interação com os pais e outros fatores relacionados ao uso de cartões de crédito por estudantes de contabilidade. *Revista Ambiente Contábil*, 11 (2), 131-151.
- Junqueira Filho, F. (2008). A regionalidade e o desenvolvimento empresarial: o caso do APL Vinícola de Jundiaí-SP. *Revista de Ciências Gerenciais*, 12 (14), 23–38.
- Kelly, V. L. A., Fonseca, A. C. P. D., & Sauerbronn, F. F. (2018). O papel social do microcrédito: estudo sobre o projeto CDD – Cidade de Deus. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 24 (77), 1–24. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v24n77.67268>
- Krugman, P. (1991). Increasing returns and economic geography. *Journal of Political Economy*, 99, 483-499. DOI: <https://doi.org/10.1086/261763>
- Lima, D. V., & Aquino, A. C. B. (2019). Resiliência financeira de fundos de regimes próprios de previdência em municípios. *Revista Cont. e Finanças*, 30 (81), 425–445.
- Lino, A. F., & Aquino, A. C. B. (2018). A diversidade dos Tribunais de Contas regionais na auditoria de governos. *Revista Contabilidade e Finanças*, 29 (76), 26–40.
- Losch, A. (1954). *The economics of location*. New Haven: Yale University Press.
- Mackenzie, D. (2001). Physics and finance: S-terms and modern finance as a topic for science studies. *Science Technology and Human Values*, 26 (2), 115–144.
- Magella, M. S., & Silva, W. E. (2019). A utilização dos recursos do programa nacional para fortalecimento da agricultura familiar no município de Mogi das Cruzes. *Revista ENIAC Pesquisa*, 8 (2), 238–253. DOI: <https://doi.org/10.22567/rep.v8i2.555>
- Massardi, W. O., & Abrantes, L. A. (2016). Dependência dos municípios de Minas Gerais em relação ao FPM. *Revista Brasileira de Ergonomia*, 9 (2).



- Matias-Pereira, J. (2017). Avaliação dos efeitos da crise econômica-política-ética nas finanças públicas do Brasil. *Revista Ambiente Contábil*, 9 (2), 117–141.
- Mello, L. B. et al. (2019). Provável, Possível ou Remota? Um Estudo sobre Gerenciamento de Informações Contábeis Utilizando as Provisões Contingenciais em Entidades de Previdência. *Contabilidad y Negocios*, 28, 54–69.
- Menezes, C., Forgi, R., & Nascimento, R. (2017). Avaliação de empresas: uma análise dos fluxos de caixa projetados versus as ofertas públicas de aquisição. *Revista Científica Hermes*, 19, 494. DOI: <https://doi.org/10.21710/rch.v19i0.332>
- Myrdal, G. (1957). *Economic theory and under-developed regions*. London.
- Nascimento, M. V., & Dias Diógenes, V. H. (2020). Transição Demográfica no Brasil: Um Estudo Sobre o Impacto do Envelhecimento Populacional na Previdência Social. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 8 (1), 40–61.
- Neves, F. R. et al. (2018). Intangibilidade do capital intelectual na prática dos escritórios de contabilidade. *Revista Ambiente Contábil*, 10 (2), 248–265.
- Ogata, C. R. D. et al. (2014). Projeto de investimento para automação no Brasil: Uma análise com a utilização da metodologia multi-índices e da simulação de Monte Carlo. *Espacios*, 35 (5), 1–16.
- Oliveira, F. S. S. (2015). Atuação estatal como motor do desenvolvimento regional: Um estudo de caso sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado do Rio Grande do Norte. In *Seminário de pesquisa do CCSA/UFRN*, Rio Grande do Norte, Brasil.
- Oliveira, B. P. D. et al. (2018). Análise da viabilidade econômico-financeira da criação comercial de caititus em áreas da Amazônia brasileira. *Cust. e @gron. online*, 14, 420–443.
- Oñate, C. A., & Souza Lima, R. A. (2012). Importância das Cooperativas de Crédito para Fornecedores de Cana-de-açúcar: Um estudo de caso. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50 (2), 301–318. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200006>
- Ozaki, V. A., & Dias, C. T. S. (2009). Análise e quantificação do risco para a gestão eficiente do portfólio agrícola das seguradoras. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 47 (3), 549–567.
- Paraná, E. (2018). A finança digitalizada: informatização a serviço da mundialização financeira. *Nova Economia*, 28 (1), 245–272. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3362>
- Paula, L. F., & Barcelos, F. C. (2011). Liberalização financeira, estabilidade macroeconômica e crescimento econômico nos países do BRIC. *R. de Econ. Pol.*, 31 (5), 699–729.
- Peet, J. R. (1969). The spatial expansion of commercial agriculture in the nineteenth century: a Von Thunen interpretation. *Economic Geography*, 45 (4), 283-301.



- Perroux, F. (1955). Note sur la notion de ‘pôle de croissance’. *Économie Appliquée*, 9 (1), 307-320.
- Piccoli, M. R., & Klann, R. C. (2015). A Percepção dos Contadores Públicos em Relação as Normas Bras. de Cont. Aplicadas ao Setor Público. *Rev. Serv. Púb.*, 66, 425–448.
- Piore, M.J. & Sabel. C.F. (1984). *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books.
- Pozenato, J. C. (2003). Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul, RS: Educs.
- Ribeiro, F., Carneiro, L. M., & Scherer, L. M. (2018). Ciclo de Vida e Suavização de Resultados: Evidências no Mercado de Capitais Brasileiro. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 21 (1), 63–79.
- Rodrigues, M., & Silva, D. C. (2020). Concentração e dependência das transferências constitucionais nos municípios do Pará. *Cad. Gest. Púb. e Cidad.*, 25 (80), 1–17.
- Santos, C. H. M. et al. (2012). Estimativas mensais da formação bruta de capital fixo pública no Brasil (2002-2010). *Economia Aplicada*, 16 (3), 445–473.
- Santos, W. P. et al. (2019). Análise da Influência do Cenário Econômico Interno e Externo na Prática de *Income Smoothing* em Bancos Brasileiros. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 7 (1), 78. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.0v0n0.37439>
- Seabra, L., & Dequech, D. (2013). Convenções financeiras e a taxa básica de juros no Brasil: uma primeira aproximação. *Revista de Economia Política*, 33 (4), 599–618.
- Sell, F. F. et al. (2018). *Accountability*: uma observação sobre o nível de transparência de municípios. *Administração Pública e Gestão Social*, 248-259.
- Scott, A. J., & Storper, M. (1986). *Production, work, territory* (the geographical of industrial capitalism). Boston: Allen & Unwin.
- Silva, F. J. F., & Fonseca Neto, F. A. (2014). Efeitos da crise financeira de 2008 sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. *Nova Econ.*, 24 (2), 265–278.
- Silva, L. A. M., Burgos, F., & Medeiros, A. (2018). Orçamento público municipal da cultura: função, subfunção ou sem-função? *Cad. Gestão Púb. e Cid*, 23 (76), 376–396.
- Souza, P. M. et al. (2013). Análise da evolução do valor dos financiamentos do PRONAF-Crédito (1999 a 2010): Número, valor médio e localização geográfica dos contratos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51 (2), 237–254.



- Souza, P. R., Curi, M. A., & Nuintin, A. A. (2019). Práticas de Governo Eletrônico nos Municípios: Um estudo da mesorregião do sul e sudoeste do Estado de Minas Gerais. *Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 9 (1), 63–72.
- Souza, P. M., Ney, M. G., & Ponciano, N. J. (2015). Análise da distribuição dos financiamentos rurais entre os estabelecimentos agropecuários brasileiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53 (2), 251–270.
- Sousa, K. M. et al. (2020). Financiamento, Composição dos Gastos e Eficiência na Saúde dos Municípios Pernambucanos. *Administração Pública e Gestão Social*, 12 (3).
- Väyrynen, R. (2003). Regionalism: old and new. *Intern. Studies Review*, 5, 25-51.
- Vieira, A. P. D. S. et al. (2018). Accountability no Mato Grosso do Sul: um retrato a partir dos portais eletrônicos municipais. *Adm. Pública e Gestão Social*, 10 (4), 292–302.
- Von Thunen, J. H. (1826). *Der Isoliert Staat in Beziehung auf Nationalökonomie und Landwirtschaft*. Hamburg: Perthes.
- Weber, A. (1909). *Ueber den standort der industrien*. Tübingen: J. C. B. Mohr.

ⁱ Doutorado em Administração em andamento pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Mestrado Acadêmico em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU (2021). Especialização em Gestão Estratégica de Negócios com ênfase em Recursos Humanos pelo Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM (2018).

ⁱⁱ Mestrado em Biofísica Molecular pela UNESP, doutorado em Finanças Estratégicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie com período sanduíche na Leonard Stern School of Business - New York University, apoiado pelo PDSE-CAPES, dois pós-doutorados e Livre Docência pela USP.

